

### **A inteligência artificial ao serviço da advocacia - alguns aspetos**

Numa definição relativamente consensual, a inteligência artificial (IA), refere-se à capacidade de um sistema ou programa de computador imitar ou simular a inteligência humana para realizar tarefas que normalmente exigem o uso de habilidades humanas, como aprendizagem, raciocínio, reconhecimento de padrões, compreensão da linguagem, a resolução de problemas complexos e tomada de decisões.

A IA é uma área multidisciplinar que combina conhecimentos e técnicas de diversos campos, como ciência da computação, matemática, estatística, neurociência, psicologia e filosofia, .... Existem diferentes abordagens para o desenvolvimento de sistemas de IA, incluindo o uso de algoritmos, redes neurais artificiais, lógica simbólica, processamento de linguagem natural, visão computacional e sistemas especialistas.

A IA tem sido aplicada em diversas áreas, como assistentes virtuais, reconhecimento de fala, sistemas de recomendação, diagnóstico médico, jogos de computador e muitas outras.

Embora a IA tenha apresentado avanços significativos, há enormes desafios a serem enfrentados como o desenvolvimento de sistemas éticos, preocupações com privacidade e segurança, e garantir que a IA seja usada de forma responsável e benéfica para a sociedade.

Inequivocamente, a IA tem desempenhado um papel cada vez mais significativo em diversas áreas, e a advocacia não é exceção. A introdução da IA no campo jurídico trouxe consigo quer aspetos positivos, quer aspetos negativos.

Começando pelos aspetos positivos, a IA tem a capacidade de processar grandes volumes de informações, de forma rápida e eficiente. Por exemplo, ao analisar contratos, a IA pode identificar cláusulas específicas, destacar outras e fornecer uma visão geral do documento. Isso economiza tempo, permitindo que

o advogado se concentre em tarefas mais complexas. Outro aspeto positivo da IA é a capacidade de realizar pesquisas de maneira abrangente e precisa. Os sistemas de IA podem analisar uma vasta quantidade de legislação e jurisprudência e fornecer aos advogados informações relevantes para fundamentar o que pretendem. Isso não apenas agiliza o processo de pesquisa, mas também aumenta muitas vezes a qualidade dos resultados, quer da pesquisa, quer do resultado final do que se pretende.

Além disso, a IA, pode auxiliar na automatização de tarefas rotineiras e algoritmos de IA podem identificar padrões e tendências em dados, fornecendo indicações valiosas para o desenvolvimento e escolha de opções e/ou estratégias jurídicas.

No entanto, é importante reconhecer que a IA na advocacia também apresenta desafios e pontos negativos. À medida que a IA se torna mais sofisticada e desenvolvida, existe o receio de que ela possa substituir certas funções atualmente realizadas por advogados. Tarefas como a revisão de documentos, pesquisa legal e até mesmo a elaboração de contratos podem ser automatizadas, diminuindo a procura por advogados.

Também o recurso à IA pelos Tribunais oferece obstáculos praticamente intransponíveis, como a menor sensibilidade, por exemplo, à análise da forma como são prestadas declarações por partes e testemunhas, etc, aspetos não raras vezes determinantes para o sucesso ou insucesso da causa e que deixam de ser considerados com a “mecanização” inerente à IA.

Outra questão na ordem do dia é a questão da ética e responsabilidade. A IA não possui capacidade de discernimento moral e ético, o que pode levar a decisões injustas ou tendenciosas, repetidas ou perpetuadas, se os algoritmos de IA forem treinados com base em dados incorretos ou premeditadamente inseridos para alcançar um determinado resultado injusto.

É necessário, por isso, uma monitorização constante e regulamentações adequadas para garantir que a IA seja usada de maneira ética.

Outra questão não menos importante e que muito preocupa é a questão da confidencialidade e segurança das informações. O uso da IA na advocacia requer o armazenamento de grandes quantidades de dados sensíveis, sendo fundamental garantir que sejam implementadas medidas de segurança para proteger essas informações de qualquer acesso não autorizado.

Em resumo, a IA oferece benefícios significativos à advocacia, como a capacidade de processar informações de forma eficiente, realizar pesquisas legais abrangentes e automatizar tarefas rotineiras, mas trás também grandes desafios, designadamente os que se prendem com as questões éticas e a segurança das informações.

### **Em conclusão:**

O uso da IA na advocacia deve ser acompanhado da produção de legislação adequada para garantir o seu uso responsável e benéfico, ao abrigo do Estatuto da Ordem dos Advogados, devendo o Conselho Geral da Ordem dos Advogados promover a constituição de uma comissão que estude e analise esta matéria.

Os Advogados,

Carlos Florentino (Céd. Prof. 975E/OA)

Tiago Falcão e Silva (Céd. Prof. 1956E/OA)